--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2010. ----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho.----------

--- A reunião teve início às quinze horas e quinze minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Ramos, o Sr. Vice-presidente Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Marco António Martins Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira e Silvino José da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge de Oliveira Lopes e pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador José Elias Gabirro Fernandes.----

--- Secretariou a reunião o Chefe da Divisão Financeira, Dr. Ricardo Miguel Nunes Portela--------

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES----------

--- Não havendo informações a prestar, o Sr. Presidente passou, de imediato, ao ponto seguinte do período "Antes da Ordem do Dia". ----------

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO----------

--- Interveio o Sr. Luís Santos chamando a tenção para duas situações que considera perigosas, uma tem que ver com o placard colocado à entrada dos Casais da Lagoa, junto à pista de carros, e a segunda na EN3, onde os Bombeiros e a GNR de Azambuja estiveram a cortar alguns pinheiros que estavam em risco eminente de cair para a estrada, mas de onde não foram removidos os resíduos, que se encontram na berma. ----------

--- O Sr. Presidente respondeu que irá verificar ambas as situações e proceder à resolução dos problemas. ----------

--- INTERVENÇÕES DOS VEREADORES----------

--- Interveio a Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira dando conta de um investimento recente feito no âmbito da Educação no valor de 36.000€ para entrega de 35 bolsas de estudo e de mérito, premiando assim o desempenho meritório dos estudantes e a vertente de acção social, como auxílio financeiro de famílias carenciadas.----------

--- Interveio o Sr. Vice-presidente informando que a área ardida no Município de Azambuja é muito inferior aos anos anteriores, o que se ficou a dever a um trabalho contínuo de prevenção.-

--- Informou que a iluminação no Largo da Capela, nos Casais das Comeiras já está ligada à rede pública.----------

--- Deu conhecimento que o protocolo celebrado com a Autoridade Nacional de Protecção Civil e os Bombeiros do Município ficarão em *stand by*, devido às dificuldades financeiras que o país atravessa. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro questionando de quem é a responsabilidade sobre o Mercado Diário de Manique do Intendente, pois as condições em que se encontra em funcionamento são bastante precárias. No orçamento da Câmara está identificada uma intervenção, mas pelo valor afecto, entende que será insuficiente.----------

--- Chamou a atenção para o mau estado de conservação das estradas na freguesia de Manique do Intendente.----------

--- Manifestou satisfação pelo facto de funcionários da EDP terem estado na Praça dos Imperadores, em Manique do Intendente para resolver o problema da iluminação. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes solicitando confirmação de que no sábado passado, teve lugar o almoço de Natal com os funcionários municipais. Pretende saber o porquê dos Vereadores da oposição não terem sido convidados. ----------

--- Referiu ainda que no dia da entrega das bolsas de estudo e de mérito, o Sr. Presidente, no uso da palavra, decidiu criticá-lo directamente em frente a todos os presentes, dizendo que "*O Dr. Jorge Lopes anda a dizer que a Câmara não apoia a acção social.*" Entende que ao fazê-lo quebrou uma regra institucional básica de não levar para actos solenes situações de foro político ou partidário. Nunca em acontecimentos institucionais expôs o que entende serem erros da maioria que gere a Câmara, pois sempre sobrepôs os interesses do Município, para o bom entendimento e relacionamento de todas as forças políticas. Assim sendo desde a cerimónia de entrega de bolsas, sente-se desobrigado de qualquer relacionamento institucional com a Câmara, pois não irá permitir que tal volte a acontecer. ----------

--- Ainda sobre a atribuição de bolsas de estudo e de mérito, lembrou que em 2003, foi sob proposta apresentada por si, que as bolsas de estudo passaram a ser 15, o montante passou para 1.000€ e que foram criadas as bolsas de mérito. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador Marco Leal referindo que a proposta para atribuição de bolsas foi apresentada por si, o valor a atribuir tinha por base o rendimento *per capita* das famílias, o que excluía alguns alunos com notas acima da média, daí terem-se criado as bolsas de mérito. -------

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes relembrou que em 2003, foi apresentada pelo Sr. Vereador Marco Leal, uma proposta de regulamento para atribuição de 10 bolsas de estudo, no valor de 500€. Na sequência da discussão da proposta, as bolsas passaram a ser 15, pelo valor de 1.000€ e foram criadas as bolsas de mérito, no valor de 500€. A proposta de alteração foi apresentada pelo PSD. ----------

--- Relativamente ao Mercado Diário de Manique do Intendente, o Sr. Presidente informou que estão previstas intervenções que visam normalizar apenas os problemas mais gritantes. ----------

--- A Câmara tem feito várias intervenções nas estradas da freguesia de Manique do Intendente, tendo-lhes atribuído uma vertente pedonal. No final do Inverno será realizado um levantamento em todo o concelho, de modo a serem repostas algumas situações provocadas pelo mau tempo.

--- O almoço de Natal é uma organização do CCD – Centro de Cultura e Desporto dos funcionários da Câmara, pelo que considera ter havido um lapso. Mesmo não sendo da sua responsabilidade pretende retratar-se dessa falha. ----------

--- Sobre a sua intervenção na cerimónia de atribuição de bolsas de estudo e de mérito, reconheceu que não foi feliz na afirmação que fez, mas nunca foi sua intenção fazer qualquer tipo de insinuação. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro reiterando que a Câmara vai investir no Mercado Diário de Manique do Intendente, num local que provoca vários problemas de trânsito e nunca ficará com o mínimo de condições sanitárias para um bom funcionamento. ----------

--- Questionou se a Câmara iniciou algum procedimento para conhecer as carências das crianças do Município, uma vez que por todo o país as autarquias têm aberto os refeitórios das escolas durante o período de férias, de modo a suprir as carências alimentares de crianças desfavorecidas. ----------

--- O Sr. Presidente respondeu que a Câmara identificou pontualmente algumas situações de carência alimentar, que no período de férias serão supridos pelos Centros Sociais e Paroquiais, que colaboram com a Câmara. Se eventualmente a situação se agravar irá seguir o exemplo de outras autarquias e abrir os refeitórios durante as férias escolares. ----------

--- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira acrescentou que para além da acção social escolar permanente, há canais directos de comunicação entre a Câmara e toda a comunidade escolar que permitem conhecer a realidade e consequentemente as necessidades das crianças. ----------

--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que existem dois mercados em Manique do Intendente, o mercado diário, que irá ser alvo de uma intervenção e o mercado mensal, que provoca transtornos no trânsito e que será transferido para o recinto exterior da antiga escola primária.---
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes agradeceu o facto de lhe ter sido facultada a memória descritiva e a estimativa de custos da intervenção a efectuar nas piscinas municipais. ----------
--- Questionou se houve alguma intervenção directa da Sra. Delegada de Saúde junto da Câmara no sentido de interditar o uso das piscinas de Azambuja por razões de saúde pública. --
--- O Sr. Vereador Marco Leal respondeu afirmativamente à questão, esclarecendo que não chegou a ser interditada porque a Câmara dispõe de meios próprios para controlar os níveis químicos das piscinas, sendo que não se pode fazer análises imediatamente após terem sido colocados os produtos na água, altura em que os valores são elevados. Disponibilizou-se a fornecer os valores apurados pela Técnica do Centro de Saúde, pelos Técnicos da Câmara que monitorizam os valores hora a hora e pelo gabinete de Santarém que certifica a qualidade da água, valores apresentados em reunião com a Delegada de Saúde. ----------
--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro afirmando que a Delegada de Saúde tem autoridade para fazer análises da qualidade da água das piscinas municipais quando entende. Entende que a colocação de produtos químicos na água não deve ter altos nem baixos, os níveis de cloro na água devem ser constantes. ----------
--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que as piscinas estão abertas de terça-feira a domingo, encerrando na segunda-feira, assim sendo na terça-feira antes da abertura ao público são colocados os produtos químicos na água, no período imediato os valores são elevados, mas quando as piscinas abrem ao público, depois da dissolução dos produtos, os valores já se encontram normalizados. ----------
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes questionou se a intervenção da Delegada de Saúde nas piscinas municipais, resultou de queixas apresentadas pelos utentes. ----------
--- O Sr. Vereador Marco Leal afirmou que nunca teve conhecimento de nenhuma queixa feita pelos utentes, apresentada à Delegada de Saúde. Entendeu a visita para recolha e análise da água como aleatória. ----------

APROVAÇÃO DE ACTAS

--- Não houve. ----------

ORDEM DO DIA

Ponto 1. Acordo de Co-financiamento da Gestão do Projecto de Candidatura da Cultura Avieira a Património Nacional – Proposta Nº 88 / P / 2010----------
--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve: ----------
--- "Considerando:----------
--- que a 15 de Janeiro de 2009, foi constituído um Consórcio, entre diversas entidades públicas e privadas, denominado "Projecto de Desenvolvimento da Cultura Avieira do Tejo e do Sado", tendo como objectivo a realização de actos preparatórios e dinamizadores dos investimentos que os Consortes se propõem realizar no âmbito do Projecto de Desenvolvimento aos Avieiros do Tejo e do Sado;----------
--- que nesse âmbito, o Município de Azambuja propôs proceder à Recuperação e Reabilitação da aldeia avieira do Lezirão e Zona Envolvente, que envolve verbas no montante de 627.400,00€;----------
--- que entretanto, foi aprovado no âmbito do PRODER, o financiamento através do QREN dos projectos "integrantes" do projecto de Desenvolvimento dos Avieiros do Tejo e do Sado; ----------

--- que, nos termos da aprovação do QREN/ PRODER, as verbas afectas à implementação da estratégia de eficiência colectiva cabe ao Instituto Politécnico de Santarém, líder institucional, a verba afecta máxima de seiscentos mil euros, repartida pelo período de três anos;----------
--- qua a componente Nacional – 30% do valor mencionado – deverá ser repartida entre as instituições integrantes; sete Câmaras Municipais e o Instituto Politécnico de Santarém, em partes iguais. ----------
--- Proponho: ----------
--- a aprovação do Acordo de Co-financiamento, para a implementação da Estratégia de Eficiência Colectiva do Projecto, estabelecido entre o Instituto Politécnico de Santarém e as Câmaras Municipais de Alpiarça, Almeirim, Azambuja, Cartaxo, Salvaterra de Magos e Santarém." ----------
--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta diz respeito a um projecto aprovado no âmbito do PRODER, apoiado em 70%, para transformação das diversas aldeias avieiras do Tejo e do Sado em instrumentos de valorização cultural e turísticas. No Município de Azambuja diz respeito à aldeia do Lezirão, para onde existe um projecto de reabilitação que corresponde a aproximadamente 630.000€, que requer a elaboração do projecto e formalização da respectiva candidatura, a monitorização está a ser realizada através do Politécnico de Santarém, com o apoio técnico de Arquitectos, sendo que as 6 Câmaras da Lezíria do Tejo repartirão entre si os 30% da componente nacional da candidatura. ----------
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes questionou, sem pôr em causa o cariz meritório do projecto, se existem negociações com os proprietários privados, se o projecto foi elaborado pelo Instituto Politécnico e se o montante de 627.400€ diz respeito à globalidade do projecto. ----------
--- O Sr. Presidente confirmou que o projecto será executado em espaço público e privado, sendo que na aldeia do Lezirão estão identificadas as actividades específicas em termos de referência e estratégia a desenvolver em espaço público, estando prevista a requalificação através da construção de um cais de acostagem, que permita fazer a triangulação Valada/ Escaropim/ Lezirão, a construção de um casa palafita que sirva de museu para ser visitado e as infra-estruturas públicas (água, saneamento e esgotos). Tem ainda uma componente privada que implica, para os proprietários interessados, a recuperação das suas habitações. ----------
--- Não houve qualquer contacto formal com os proprietários privados, mas como será aplicado a todas as aldeias avieiras, há situações mais urgentes que o Lezirão. ----------
--- O conjunto de ideias traçadas para o Lezirão foi feito pelos serviços e posteriormente propostos ao consórcio. ----------
--- Sobre as verbas envolvidas, esclareceu que há uma candidatura do PRODER que financiará as intervenções físicas, no caso específico implica o montante de 627.400€. Presentemente o que se propõe é a candidatura para monitorização e garantia de eficiência que é financiada e que a componente nacional equivale a 7%, à semelhança dos restantes municípios. ----------
--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro questionando se o montante de 627.400€ é referente apenas ao Município de Azambuja, uma vez que não entende quais os montantes referentes aos restantes municípios. Sobre a intervenção de privados, questionou quem irá efectuar os investimentos na parceria público-privada. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu que existem duas verbas: 627.400€ que dizem respeito à estimativa da intervenção a ser realizada na aldeia do Lezirão, que será financiada por fundos comunitários (70/80%) sendo que o Município de Azambuja suportará a componente nacional. --

--- O acordo de co-financiamento é para uma candidatura formalmente aprovada pela CCDR Alentejo e visa fazer a monitorização e a garantia da eficiência do projecto, que será repartida por todos os municípios e será liderada pelo Instituto Politécnico de Santarém.----------
--- Sobre as parcerias público-privadas para exploração do restaurante, será feita nos mesmos moldes da realizada em Escaropim, financiada através do programa Vale Tejo e posteriormente lançada em hasta pública para concessão da exploração.----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 88 / P / 2010 aprovada por unanimidade. ----------
Ponto 2. Indemnizações:----------
2.1. Proposta Nº 41 / V-SL / 2010 ----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a **Proposta** que se transcreve:----------
--- "Considerando:----------
--- que o requerente Carlos Fernando Narciso Vítor reclamou da autarquia o pagamento de danos causados na sua viatura provocados pelo mau estado de conservação da tampa metálica quando circulava na Rua José António Teles Luís Ramos, em Aveiras de Cima, conforme se comprova pelo auto de notícia que se junta à presente proposta; ----------
--- que é competência do Município a manutenção e conservação de redes de circulação, tal como resulta da alínea f) do nº 2 do artigo 64º da Lei das Autarquias Locais;----------
--- que não é possível participar a ocorrência do sinistro à Companhia de Seguros com a qual a Autarquia tem contratado um contrato de seguro de responsabilidade civil para ocorrência deste tipo de sinistros, uma vez que o valor dos danos sofridos, 179,69€, é inferior ao valor da franquia, 250,00€. ----------
--- Proponho: ----------
--- que a Câmara Municipal delibere ressarcir o requerente – Carlos Fernando Narciso Vítor – no valor de 179,69€ (cento e setenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos), de acordo com o orçamento apresentado e que se junta à presente proposta."----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio esclareceu que a presente proposta visa o pagamento de uma indemnização, no valor de 179,69€, ao Sr. Carlos Vítor, por danos causados na sua viatura provocados pelo mau estado de conservação de uma tampa metálica na Rua José António Teles Luís Ramos, em Aveiras de Cima----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 41 / V-SL / 2010 aprovada por unanimidade. ------
2.2. Proposta Nº 42 / V-SL / 2010 ----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a **Proposta** que se transcreve:----------
--- "Considerando:----------
--- que o requerente Cipriano Manuel Mendes Fragoso reclamou da autarquia o pagamento de danos causados na sua viatura provocados pelo mau estado de conservação da via pública quando circulava na Rua da Ameixoeira, em Aveiras de Cima, conforme se comprova pelo auto de notícia que se junta à presente proposta; ----------
--- que é competência do Município a manutenção e conservação de redes de circulação, tal como resulta da alínea f) do nº 2 do artigo 64º da Lei das Autarquias Locais;----------
--- que não é possível participar a ocorrência do sinistro à Companhia de Seguros com a qual a Autarquia tem contratado um contrato de seguro de responsabilidade civil para ocorrência deste tipo de sinistros, uma vez que o valor dos danos sofridos, 179,69€, é inferior ao valor da franquia, 250,00€. ----------
--- Proponho: ----------

--- que a Câmara Municipal delibere ressarcir o requerente – Cipriano Manuel Mendes Fragoso – no valor de 179,69€ (cento e setenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos), de acordo com o orçamento apresentado e que se junta à presente proposta." ----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio esclareceu que a presente proposta visa o pagamento de uma indemnização, no valor de 179,69€, ao Sr. Cipriano Fragoso, por danos causados em viaturas provocados pelo mau estado de conservação da via pública quando circulava na Rua da Ameixoeira, em Aveiras de Cima. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 42 / V-SL / 2010 aprovada por unanimidade. ------
Ponto 3. Atribuição de Apoios: ----------
3.1. Programa de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos: ----------
– Proposta Nº 46 / VP / 2010 ----------
--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve: ----------
--- "Considerando que: ----------
--- O.J.M.D.S. de 61 anos, reformada por invalidez, vive com o marido de 63 anos de idade também reformado por invalidez, habitam em casa cedida por partilhas numa freguesia do Concelho de Azambuja; ----------
--- a habitação é apenas constituída por uma cozinha (local onde dormem no chão em cima de um colchão) e por uma casa de banho; ----------
--- este agregado familiar necessita de adaptar a um edifício já existente, um quarto e uma sala, para terem o mínimo de condições de habitabilidade; ----------
--- de acordo com o relatório do Técnico do DIOM será necessário material de construção civil para executar paredes divisórias, rebocos e revestimento de pavimento. ----------
--- Propõe-se que: ----------
--- a situação seja apoiada no âmbito do Programa de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, com atribuição de material de construção civil no valor de 1.038,18€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ----------
--- Este valor tem cabimento no CP 08.02.05 da RO 03-02.01.21." ----------
--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de apoio em material, no valor de 1.038,18€, conforme o orçamento em anexo, para execução de paredes divisórias, rebocos e revestimento de pavimento com vista a melhorar as condições de habitabilidade de uma família carenciada do concelho. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 46 / VP / 2010 aprovada por unanimidade. ---------
– Proposta Nº 47 / VP / 2010 ----------
--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve: ----------
--- "Considerando que: ----------
--- M.G.A.D.A. reside em casa própria numa freguesia do concelho de Azambuja, sendo o seu agregado familiar constituído pela própria que está a trabalhar como assistente operacional numa escola do Concelho e pelo marido desempregado devido a problemas de saúde e a aguardar decisão da Junta Médica para atribuição de reforma por invalidez; ----------
--- este agregado familiar subsiste apenas com o vencimento de M.G.A. e habitam num anexo em muito mau estado de conservação; ----------
--- este agregado familiar iniciou a construção de uma habitação e não foi possível terminar os acabamentos do interior, tais como colocar as loiças sanitárias na casa de banho, assim como aplicar o chão em toda a habitação devido à falta de recursos económicos da família; ----------

--- de momento só é necessário a colocação de loiças sanitárias para a casa de banho, torneiras, pavimento para o chão e tinta para pintar a habitação no seu interior, conforme relatório do Técnico do DIOM.----------
--- Propõe-se que:----------
--- a situação seja apoiada no âmbito do Programa de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, com atribuição de material de construção civil no valor de 850,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ----------
--- Este valor tem cabimento no CP 08.02.05 da RO 03-02.01.21."----------
--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de apoio em material, no valor de 850,00€, conforme o orçamento em anexo, para colocação de loiças sanitárias na casa de banho, aplicação de chão e aquisição de tintas com vista a melhorar as condições de habitabilidade de uma família carenciada do concelho. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 47 / VP / 2010 aprovada por unanimidade. ---------
– Proposta nº 48 / VP / 2010----------
--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve:----------
--- "Considerando que:----------
--- A.D.P. reside em casa própria numa freguesia do concelho de Azambuja, sendo o seu agregado familiar constituído pelo próprio, reformado, pela esposa desempregada, por um filho maior de idade que se encontra também desempregado e por um neto menor de idade; ----------
--- A.D.P. reside em casa própria com alguns problemas de habitabilidade, nomeadamente ao nível de pintura da habitação; ----------
--- esta família necessita ter a sua habitação com o mínimo de condições de habitabilidade e de higiene para que, um neto que se encontra institucionalizado (Centro de Acolhimento Temporário) inicie as sua visitas à família;----------
--- foi o agregado familiar que suportou os custos da pintura do interior da habitação; ----------
--- a habitação necessita também de ser pintada no exterior, conforme relatório do Técnico do DIOM. ----------
--- Propõe-se que:----------
--- a situação seja apoiada no âmbito do Programa de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, com atribuição de material de construção civil no valor de 58,40€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.----------
--- Este valor tem cabimento no CP 08.02.05 da RO 03-02.01.21."----------
--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de apoio em material, no valor de 58,40€, conforme o orçamento em anexo, para aquisição de tintas com vista a melhorar as condições de habitabilidade de uma família carenciada do concelho.----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 48 / VP / 2010 aprovada por unanimidade. ---------
3.2. Banda de Música da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre – Proposta nº 23 / V-ML / 2010 ----------
--- O Sr. Vice-presidente não participou na discussão e votação da presente proposta por pertencer aos Corpos Dirigentes da Associação. ----------
--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------
--- "Considerando que:----------
--- é competência da Câmara Municipal de Azambuja deliberar e apoiar ou comparticipar pelos meios adequados, obras, eventos e actividades de interesse municipal de natureza Cultural, Desportiva e Recreativa - cfr. al. b) do n.º4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;----------

--- a Câmara Municipal de Azambuja é permitida a celebração de protocolos com entidades legalmente constituídas, com vista à prossecução dos objectivos enunciados – cfr. art. 67º Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/ 2002 de 11 de Janeiro; ----------
--- o trabalho meritório que a Banda de Música da Associação dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre tem desenvolvido no âmbito da divulgação musical, constituindo-se como importante veículo de divulgação da cultura do Concelho; ----------
--- a referida Banda tem desenvolvido um louvável projecto, através da sua escola de música do ensino de música a crianças e jovens e que requer um investimento significativo no sentido d serem criadas as condições para um efectivo desempenho de tal objectivo. ----------
--- Proponho: ----------
--- a atribuição de um apoio financeiro no valor de 1.500€ à Banda de Música da Associação dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre, para a compra de instrumento musical."----------
--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de apoio financeiro à Banda de Música da Associação dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre, no valor de 1.500€ para compra de um instrumento musical. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 23 / V-ML / 2010 aprovada por unanimidade. ------
Ponto 4. Informações ----------
4.1. Informação N.º 15 / P / 2010 ----------
--- "Assunto: Modificação ao orçamento ----------
--- Considerando o teor da Proposta n.º 5-A / P / 2009 que delega no Presidente da Câmara competência para a elaboração de Alterações ao Plano de Actividades Municipais, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento e, nos termos do nº 3, do art. 65º, do Decreto-lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas, informo a Câmara sobre a realização das seguintes modificações orçamentais, datadas de 26 de Novembro, que se anexam:----------
--- 14ª Alteração ao Orçamento da Despesa ----------
--- 1ª Alteração ao Orçamento da Receita ----------
--- 14ª Alteração ao Plano de Actividades----------
--- 13ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos." ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
4.2. Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira – Contabilidade----------
--- Resumo da Execução Orçamental – Período: 2 de Janeiro a 15 de Dezembro de 2010 ---------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
4.3. Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira – Aprovisionamento ------
--- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período: 02/12/2010 a 15/12/2010 ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
4.4. Informação N.º 16 / P / 2010 ----------
--- "Assunto: Modificação ao orçamento ----------
--- Considerando o teor da Proposta n.º 5-A / P / 2009 que delega no Presidente da Câmara competência para a elaboração de Alterações ao Plano de Actividades Municipais, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento e, nos termos do nº 3, do art. 65º, do Decreto-lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas, informo a Câmara sobre a realização das seguintes modificações orçamentais, datadas de 17 de Dezembro, que se anexam:----------
--- 15ª Alteração ao Orçamento da Despesa ----------

--- *15ª Alteração ao Plano de Actividades*----------
--- *14ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos."* ----------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
--- **Encerramento**----------
--- Eram dezasseis horas e cinquenta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----------
--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------